

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 134 – 17/02 a 21/02/2020

Sumário

- ✘ *Destaque da Semana*
- ✘ *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- ✘ *Notícias do Executivo*
- ✘ *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- ✘ *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- ✘ *eSocial*
- ✘ *Outras Notícias*
- ✘ *Atos Normativos*
- ✘ *Dados Estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Novas alíquotas da Previdência entram em vigor em março](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 21/02/2020

Com a Nova Previdência, entram em vigor, no mês que vem, as alíquotas progressivas que estabelecem que quem ganha mais pagará mais e vice-versa. No Regime Geral de Previdência Social (RGPS), as novas alíquotas valerão para contribuintes empregados, inclusive para empregados domésticos, e para trabalhadores avulsos. Não haverá mudança, contudo, para os trabalhadores autônomos (contribuintes individuais), inclusive, como prestadores de serviços a empresas e para os segurados facultativos.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Ministra Cristina Peduzzi elege valorização da Justiça do Trabalho como prioridade de sua gestão](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/02/2020

A nova presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministra Cristina Peduzzi, afirmou em seu discurso de posse, nesta quarta-feira (19), que o compromisso prioritário de sua gestão será a valorização da Justiça do Trabalho no desempenho das suas funções institucionais de prevenir e pacificar os conflitos sociais. “Precisamos insistir nessas atribuições essenciais, tendo a lei como inspiração para uniformizar a jurisprudência e criar, como consequência, cenário onde a segurança jurídica seja a regra para empregados e empregadores”, ressaltou.

[Conheça os ministros que assumirão a direção do TST no biênio 2020-2022](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/02/2020

O Tribunal Superior do Trabalho realiza nesta quarta-feira (19), às 17h, a sessão solene de posse da nova direção para o biênio 2020/2022. Em dezembro do ano passado, a ministra Cristina Peduzzi foi eleita para assumir a Presidência do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). A Vice-Presidência será conduzida pelo ministro Vieira de Mello Filho, e o novo corregedor-geral da Justiça do Trabalho será o ministro Aloysio Corrêa da Veiga.

[Hora noturna maior que a prevista em lei pode ser compensada com aumento do adicional](#)

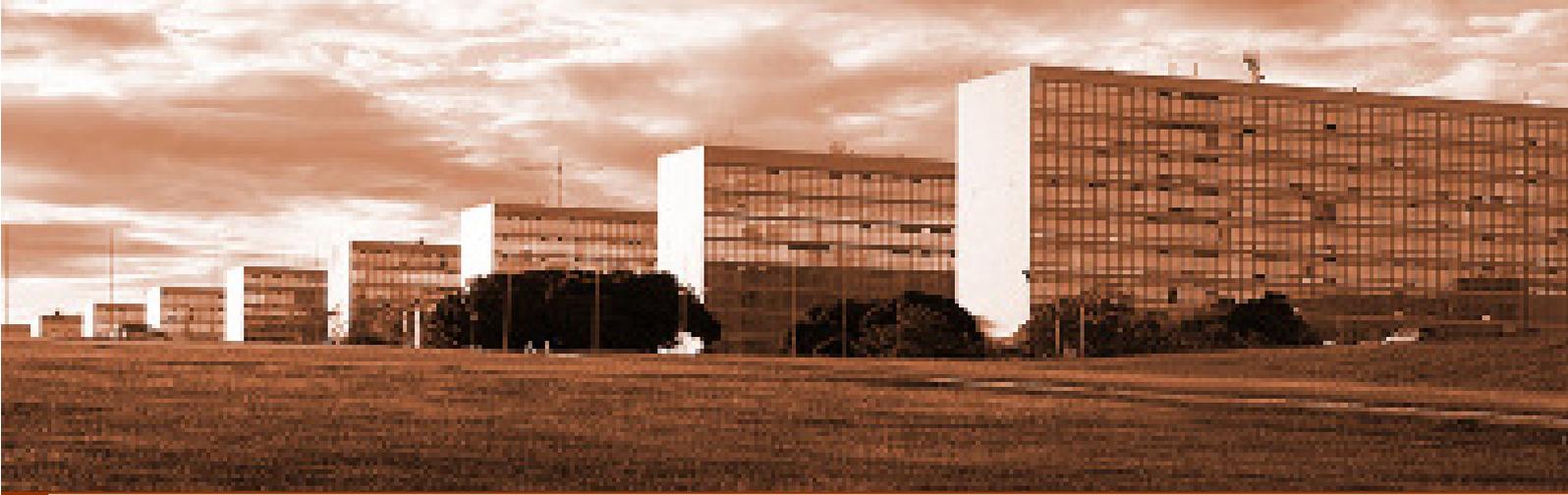
Tribunal Superior do Trabalho - 17/02/2020

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu da condenação imposta à Spaipa S. A. - Indústria Brasileira de Bebidas (Coca-Cola) o pagamento de diferenças de adicional noturno. Para o colegiado, é válida a norma coletiva que estabelece a hora no-



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

turna de 60 minutos mediante aumento do percentual do adicional noturno.



Notícias do Executivo

[Em versão beta, leiaute simplificado do eSocial entra no ar](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 17/02/2020

Em sua versão beta, o leiaute simplificado do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) já está no ar para que os empregadores possam conhecer e avaliar as mudanças. Com o processo de modernização, o eSocial ficou com menos campos, sem duplicidade de informações e com a dispensa de dados já inseridos nas bases de dados governamentais.

[Impacto da Nova Previdência será sentido já em 2020, afirma secretário de Previdência](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 20/02/2020

Promulgada em 12 de novembro, a Emenda Constitucional 103/2019 já produzirá efeitos nos resultados da Previdência Social deste ano, afirmou o secretário de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Narlon Gutierrez Nogueira. A declaração ocorreu nesta quinta-feira (20), durante reunião do Conselho Nacional de Previdência (CNP), em Brasília.

[Inscrições abertas para novas Audiências Públicas sobre a revisão da NR10](#)

Fundacentro - 17/02/2020

Depois de uma primeira Audiência Pública com casa cheia em São Paulo, as regiões Sul e Nordeste terão encontros para discutir a revisão da Norma Regulamentadora 10 (NR 10) organizados pela Fundacentro em conjunto com Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – (SIT). Os eventos permitem que haja debate com especialistas, representantes governamentais, de trabalhadores e de empregadores e com a população em geral, promovendo a ampla participação da sociedade no processo.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Cooperação técnica entre MPT, superintendência do Trabalho e DPU irá promover inclusão de jovens aprendizes em São Paulo](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/02/2020

O termo de cooperação interinstitucional habilitou a Defensoria Pública da União em São Paulo (DPU/SP) a atuar como entidade concedente da experiência prática de aprendizagem. Assinado pelo procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho em São Paulo, João Eduardo de Amorim; pelo superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo, Marco Antonio Melchior e pelo defensor público-Chefe da DPU/SP, Leonardo de Castro Trindade no dia 18 de fevereiro, o termo de cooperação irá promover o acesso de jovens em situação de vulnerabilidade ou de risco social à programas de aprendizagem.

[Ação do MPT de incentivo à aprendizagem pode empregar mais de 1.800 jovens de Cuiabá e Região](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/02/2020

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) instaurou dois Procedimentos Promocionais para cobrar das maiores empresas de Cuiabá, Várzea Grande e região o cumprimento da cota de aprendizagem profissional. Foram expedidas 189 notificações recomendatórias orientando os empregadores a contratarem, até o final de fevereiro, o número suficiente de aprendizes para o preenchimento do percentual mínimo previsto em lei.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[MP 905: SINAIT manifesta a secretário especial de Previdência e Trabalho preocupação com parecer](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 20/02/2020

Dirigentes do SINAIT manifestaram ao secretário especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, Bruno Bianco Leal, preocupações da Auditoria-Fiscal do Trabalho com o substitutivo apresentado à Medida Provisória – MP nº 905/2019. O relator, deputado Christino Aureo (PP-RJ), leu o parecer nesta quarta-feira, 19 de fevereiro, na Comissão Mista que analisa a matéria – o relatório é favorável à aprovação da MP, introduzindo alterações em seu conteúdo.

eSocial

Notícias do e-Social

[Mudanças no cálculo da contribuição do segurado entra em vigor em março](#)

Portal eSocial - 21/02/2020

O novo procedimento para que os empregadores possam apurar e informar corretamente os valores no eSocial, nos casos em que o empregado presta serviço simultaneamente a mais de um empregador (“múltiplos vínculos”), foi disponibilizado na página de Perguntas Frequentes, do portal do eSocial. Para entender como fazer os cálculos, consulte o [item 07.21 do FAQ](#).

[Nota Técnica 17/2019 - bloqueado o envio antecipado de desligamentos de março](#)

Portal eSocial - 18/02/2020

Embora o eSocial receba eventos de desligamento com data futura, excepcionalmente o recebimento de desligamentos que ocorrerão no mês de março estão bloqueados. A medida se dá devido à alteração no cálculo da contribuição previdenciária prevista na Emenda Constitucional 103/2019, que será implantada com a Nota Técnica 17/2019, no próximo mês, com a entrada em vigor da nova sistemática de aplicação da alíquota previdenciária em faixas progressivas.



Outras Notícias

[Prescrição só flui a partir do diagnóstico da sequela, decide TRT-2](#)

Consultor Jurídico - 23/02/2020

Ao se tratar de doença profissional ou acidente de trabalho, o prazo prescricional só passa a fluir a partir do momento em que há diagnóstico atestando a consolidação da sequela. Foi com base nesse entendimento que a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região decidiu que a prescrição não começa a fluir no momento do acidente trabalho, e sim quando se toma ciência da doença ocupacional.

[Carnaval não é feriado e trabalhador que faltar está sujeito a demissão](#)

Consultor Jurídico - 18/02/2020

Apesar de muitas empresas concederem folga de Carnaval a funcionários, a data não é feriado na maioria dos estados, de acordo com o calendário oficial. Por isso, o trabalhador que faltar para aproveitar a folia pode ser dispensado. O Rio de Janeiro é uma das exceções. A terça-feira de Carnaval, por exemplo, foi declarada como feriado estadual por meio da [Lei nº 5.243/08](#).



Atos Normativos

[DECRETO Nº 10.246, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020](#) (DOU de 19/2/2020 Seção I Pág. 03)

- Institui o Programa Brasil Mais e dispõe sobre o Comitê de Orientação Estratégica do Programa Brasil Mais;

[PORTARIA ME Nº 58, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020](#) (DOU de 19/02/2020 Seção I Pág. 18)

- Altera a Portaria ME nº 300, de 13 de junho de 2019, que institui as instâncias de governança do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial;

[CIRCULAR CEF Nº 893, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020](#) (DOU de 19/02/2020 Seção I Pág. 64)

- Publica a versão 09 do Manual FGTS Movimentação da Conta Vinculada como instrumento disciplinador do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.924, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020](#) (DOU de 20/02/2020 Seção I Pág. 60)

- Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2020, ano-calendário de 2019, pela pessoa física residente no Brasil;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.925, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020](#) (DOU de 20/02/2020 Seção I Pág. 62)

- Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, que dispõe sobre a determinação e o pagamento do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas e disciplina o tratamento tributário da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins no que se refere às alterações introduzidas pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014;

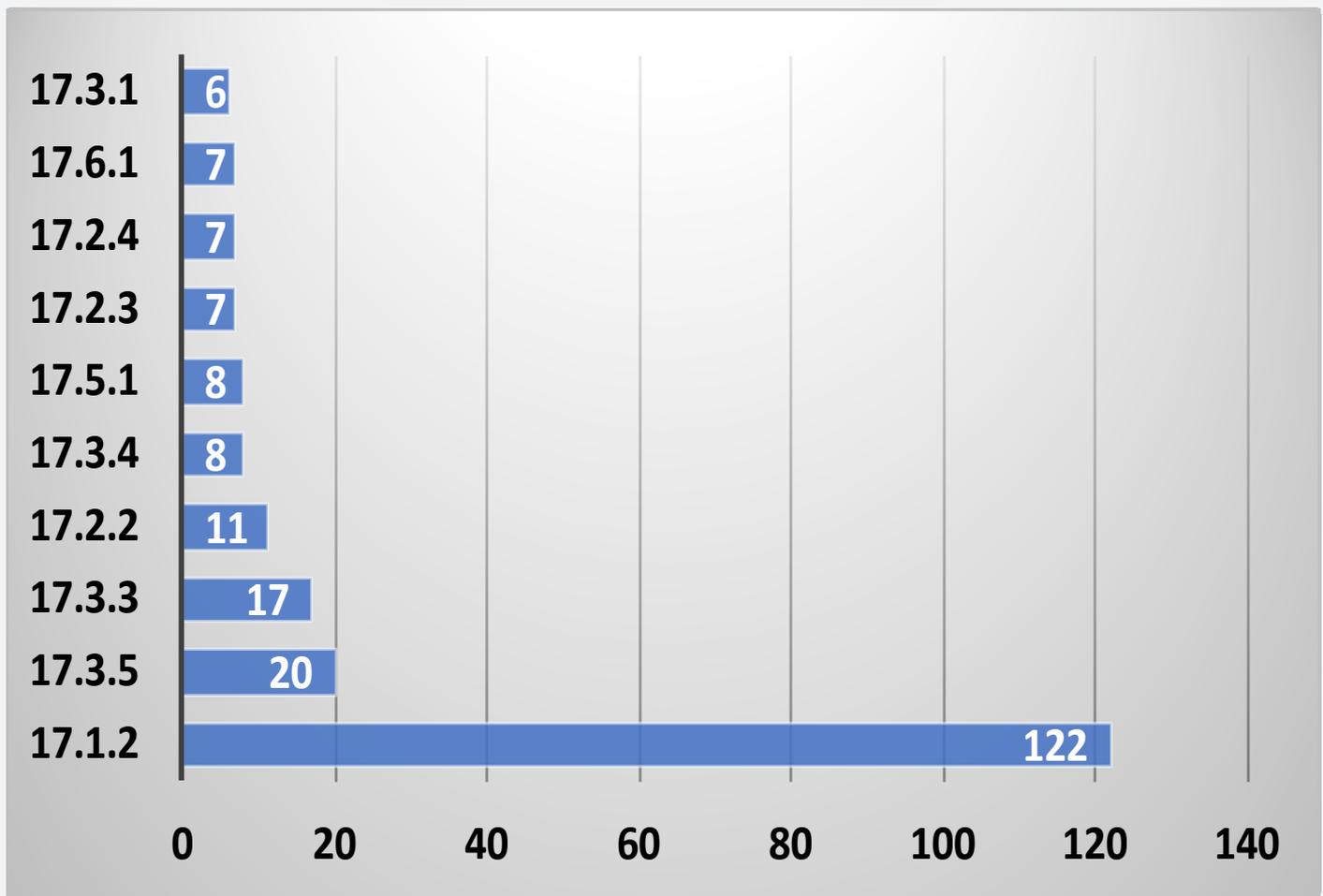
[ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO RFB Nº 1, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020](#) (DOU de 20/02/2020 Seção I Pág. 62)

- Dispõe sobre a restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), referente ao exercício de 2020, ano-calendário de 2019.



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 17 (Ergonomia) mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Dados estatísticos de Fiscalização

Notificação: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

17.1.2. Para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, cabe ao empregador realizar a análise ergonômica do trabalho, devendo a mesma abordar, no mínimo, as condições de trabalho, conforme estabelecido nesta Norma Regulamentadora.

17.3.5. Para as atividades em que os trabalhos devam ser realizados de pé, devem ser colocados assentos para descanso em locais em que possam ser utilizados por todos os trabalhadores durante as pausas.

17.3.3. Os assentos utilizados nos postos de trabalho devem atender aos seguintes requisitos mínimos de conforto:

- a) altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida;
- b) características de pouca ou nenhuma conformação na base do assento;
- c) borda frontal arredondada;
- d) encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar.

17.2.2. Não deverá ser exigido nem admitido o transporte manual de cargas, por um trabalhador cujo peso seja suscetível de comprometer sua saúde ou sua segurança.

17.3.4. Para as atividades em que os trabalhos devam ser realizados sentados, a partir da análise ergonômica do trabalho, poderá ser exigido suporte para os pés, que se adapte ao comprimento da perna do trabalhador.

17.5.1. As condições ambientais de trabalho devem estar adequadas às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado.

17.2.3. Todo trabalhador designado para o transporte manual regular de cargas, que não as leves, deve receber treinamento ou instruções satisfatórias quanto aos métodos de trabalho que deverá utilizar, com vistas a salvaguardar sua saúde e prevenir acidentes.

17.2.4. Com vistas a limitar ou facilitar o transporte manual de cargas, deverão ser usados meios técnicos apropriados.

17.6.1. A organização do trabalho deve ser adequada às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado.

17.3.1. Sempre que o trabalho puder ser executado na posição sentada, o posto de trabalho deve ser planejado ou adaptado para esta posição.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico